



## CONSELHO DE ILHA DE SANTA MARIA

Largo Nossa Senhora da Conceição – 9580 Vila do Porto  
Santa Maria – Açores

### ATA DA QUARTA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE ILHA DE SANTA MARIA DE VINTE E DOIS DE NOVEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E UM

-- Aos vinte e dois dias do mês de novembro de dois mil e vinte e um, pelas catorze horas, reuniu o conselho de ilha de Santa Maria, na sala polivalente D. Carlos Filipe Ximenes Belo, na Biblioteca Municipal e Arquivo do Município de Vila do Porto, para a quarta reunião extraordinária tendo como ordem de trabalhos os seguintes pontos: ----

---Ponto único: Preparação da visita estatutária de 2021.-----

Deu-se início à reunião com a chamada confirmando-se a presença dos conselheiros/as Maria Dulce de Oliveira Resendes, João Manuel de Andrade Fontes, José Arsénio Sousa Chaves, António Isidro Braga Sousa, Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves, José de Andrade Melo, Rosa Filomena Cabral de Melo, Carlos Henrique Lopes Rodrigues, Jorge Luís da Costa Pessoa Pereira da Costa, António Jorge Braga Monteiro, Eduardo Manuel Pereira Cambraia, Maurício Manuel Vieira Travassos, Élio Mota Martins, Duarte Manuel Braga Moreira, Aníbal Cabral Moura, Jorge Alberto Cabral Botelho e António Manuel de Sousa Braga. Não estiveram presentes na reunião a conselheira Márcia Catarina da Costa Santos, os deputados/as João Vasco do Monte Ferreira Pereira da Costa, Joana Pombo Sousa Tavares e Elisa Lima Sousa, bem como o/a representante do Governo Regional dos Açores, por não ter sido ainda indicado.-----

Antes de entrar no período da ordem do dia foi dada a posse ao conselheiro Carlos Henrique Lopes Rodrigues e foi lido o edital pela presidente de mesa do conselho de ilha, conselheira Maria Dulce de Oliveira Resendes, que ainda informou os presentes que a reunião do conselho de ilha com o Governo Regional agendada para as vinte horas e trinta minutos do dia vinte e nove do corrente será precedida com um jantar, pelas dezanove horas, no Hotel Santa Maria, para o qual estão todos os conselheiros



## CONSELHO DE ILHA DE SANTA MARIA

Largo Nossa Senhora da Conceição – 9580 Vila do Porto  
Santa Maria – Açores

*Handwritten signatures and initials in the top right corner.*

convidados. Esclareceu ainda a presidente da mesa que o memorando a entregar ao Governo Regional, com os assuntos a serem abordados na referida reunião, poderia ser elaborado tendo por referência o memorando do ano transato, comparando-se o que já foi concretizado e o que ainda falta concretizar, particularizando o agravamento das acessibilidades e a dos encaminhamentos que em nada beneficiam Santa Maria. De seguida deu conhecimento de uma carta anónima que recebeu que denuncia as péssimas condições das forças de segurança em Santa Maria e a falta de viaturas.-----

O conselheiro Carlos Rodrigues solicitou para intervir e após lhe ter sido dada a palavra desejou felicidades a todos pelo desempenho nos cargos para os quais foram empossados e referiu que não estranha tal informação, pois ao longo dos anos assiste-se a um silêncio das forças de segurança com a esperança de serem cumpridas as promessas da melhoria das suas condições de trabalho e propôs a introdução de mais um ponto na ordem de trabalhos no sentido de ser redigido um documento dirigido a quem de direito manifestando a posição deste conselho relativamente ao assunto em questão.-----

Na sequência desta sugestão pediram para intervir os conselheiros Jorge Costa, Duarte Moreira e José de Melo, que após tomarem a palavra pronunciaram-se sobre o assunto em questão proferindo o seguinte:-----

- o conselheiro Jorge Costa referiu que esse documento deveria ser remetido ao departamento do Governo Regional que tutela essa matéria:-----

- o conselheiro Duarte Moreira opinou que deveria também ser enviado para o Ministério da Administração Interna, com conhecimento ao Governo Regional e ao representante da república na região;-----

- o conselheiro José de Melo reforçou que o documento deveria também ser endereçado aos deputados da Assembleia da República eleitos pelo círculo eleitoral dos Açores para que este possam defender a sua posição em pleno plenário.-----



## CONSELHO DE ILHA DE SANTA MARIA

Largo Nossa Senhora da Conceição – 9580 Vila do Porto  
Santa Maria – Açores

*Handwritten signatures and initials in the top right corner.*

---Após as intervenções supra descritas a presidente da mesa colocou à votação a introdução de mais um ponto na ordem de trabalhos, proposta essa que foi aprovada por unanimidade.-----

---Passou-se de seguida ao primeiro ponto da ordem de trabalhos e foi sugerido pela presidente da mesa que por uma questão de coordenação dos trabalhos o memorando irá ser debatido por áreas começando-se pela área da saúde.-----

Aberto um período de inscrições para o efeito inscreveram-se para intervir os conselheiros/as António Manuel Braga, Rosa Melo, Jorge Costa, Eduardo Cambraia, Duarte Moreira, Carlos Rodrigues, José de Melo, Aníbal Moura, Jorge Costa, que após tomarem a palavra pronunciaram-se sobre o assunto em questão proferindo o seguinte:

- o conselheiro António Manuel Braga alertou para o fato de que para além da necessidade da vinda de mais técnicos especialistas e com mais regularidade, existe também a necessidade de criar mais espaços para esses especialistas desempenharem as suas funções pois os espaços existentes são poucos e exíguos.-----

- a conselheira Rosa Melo destacou que as pessoas com mais necessidades económicas só têm hipótese de recorrer aos serviços do Serviço Regional de Saúde e que o assunto deve ser reiterado junto ao Governo Regional para que este tenha cabal conhecimento dos graves problemas que estão a acontecer em Santa Maria ao nível da saúde.-----

- o conselheiro Jorge Costa referiu que alguns equipamentos da Unidade de Saúde de Santa Maria estão ultrapassados e que se existisse um ecógrafo em condições cerca de sessenta por cento dos exames poderiam ser realizados em Santa Maria, não bastando somente os equipamentos pois estes de pouco servem sem os técnicos especialistas para fazerem esses exames, por isso, é da opinião de que deve existir um reforço da vinda de especialistas bem como um aumento na participação diária dos doentes que se deslocam a S. Miguel.-----



## CONSELHO DE ILHA DE SANTA MARIA

Largo Nossa Senhora da Conceição – 9580 Vila do Porto  
Santa Maria – Açores

*Handwritten signatures and initials in the top right corner.*

- o conselheiro Eduardo Cambraia referiu que duvida que o ecógrafo com Dopler já existente na Unidade de Saúde de Santa Maria, preenche os requisitos recomendados pelos especialistas ao que o conselheiro António Manuel Braga pediu para intervir para retorquir que o referido equipamento respeita os requisitos recomendados pelos especialistas.-----

---A senhora presidente da mesa lembrou os presentes que no memorando anterior se tinha solicitado um aumento da pensão diária aos doentes que deslocavam a S. Miguel pois tinha-se verificado um aumento nas diárias em residência ao que o Governo Regional tinha respondido que iriam disponibilizar apartamentos em S. Miguel para esses doentes. Na sequência dessa informação solicitaram para intervir os conselheiros/as Carlos Rodrigues, José Arsénio Chaves, José de Melo, Aníbal Moura, Jorge Costa, Eduardo Cambraia, Jorge Botelho, Rosa Melo, que após tomarem a palavra pronunciaram-se sobre o assunto em questão proferindo o seguinte:-----

- o conselheiro Carlos Rodrigues proferiu que desconhece a existência desses apartamentos mas que a Associação dos Marienses de Santa Maria em S. Miguel, com a colaboração da Câmara Municipal de Vila do Porto e do Lions de Santa Maria, proporciona alojamentos aos doentes deslocados, no entanto, espera que o Governo Regional resolva essa situação, passando por exemplo por apoiar a referida associação na melhoria e ampliação das suas infraestruturas, através de apoios similares que são dados a instituições da mesma natureza.-----

- o conselheiro José Arsénio Chaves solicitou uma intervenção para lembrar que a comparticipação diária é de quarenta euros e que tem conhecimento que se o presidente do conselho de administração do hospital de Ponta Delgada estiver ausente verificam-se atrasos nos respetivos pagamentos provocando constrangimentos aos doentes deslocados.-----



## CONSELHO DE ILHA DE SANTA MARIA

Largo Nossa Senhora da Conceição – 9580 Vila do Porto  
Santa Maria – Açores

- o conselheiro José de Melo referiu que se deve exigir um reforço no apoio aos doentes deslocados pois as comparticipações atuais estão aquém dos custos de alojamento e alimentação inerentes à deslocação.-----
- o conselheiro Aníbal Moura proferiu que a Associação dos Amigos de Santa Maria tem uma residência com poucos quartos por isso é da opinião que deveria ser mais apoiada para possibilitar condições de oferta de cerca de quarenta quartos e alertou que um dos graves problemas da saúde em Santa Maria é a falta de médicos de família.-----
- o conselheiro Jorge Costa afirmou que como existem características diferentes nos doentes deslocados considera importante o apoio à Associação dos Amigos de Santa Maria, na ampliação da sua oferta logística, quer em capacidade, quer em valências, no entanto, deve-se pugnar junto ao Governo Regional para estabelecer acordos com residências ou unidades hoteleiras de modo a aumentar a oferta suportando o doente parte da despesa com a sua comparticipação diária e o Governo suportaria o diferencial do valor previamente acordado. Defendeu ainda o aumento da comparticipação diária e que também deveriam ser comparticipados todos os custos de transporte, quer do aeroporto para a residência e vice-versa, quer da residência para o hospital e regresso à residência.-----
- o conselheiro Eduardo Cambraia solicitou uma intervenção e após lhe ser dada a palavra informou que subscreve a opinião do conselheiro Jorge Costa mas reforçou que deve haver um aumento na comparticipação diária para que possa dar resposta aos problemas e satisfazer as necessidades dos doentes.-----
- o conselheiro Jorge Botelho pediu para intervir e reforçou a opinião de que a dormida do doente deslocado tem que estar garantida e por isso também defende que o Governo Regional deveria estabelecer um protocolo com várias residenciais por forma garantir a gratuidade do alojamento através da modalidade Voucher ou outra que não implicasse custos adicionais a quem se desloca por motivos de doença.-----

*Handwritten signature and notes in the right margin.*



## CONSELHO DE ILHA DE SANTA MARIA

Largo Nossa Senhora da Conceição – 9580 Vila do Porto  
Santa Maria – Açores

*Handwritten signature and initials in the top right corner.*

- a conselheira Rosa Melo solicitou nova intervenção e após ter sido dada a palavra opinou que discorda da existência de escalões na deslocação de doentes entendendo tal como discriminatório e injusto pois numa deslocação por motivos de saúde os doentes devem ser vistos como impossibilitados de serem devidamente atendidos na nossa ilha e não pela sua condição social.-----

Após as intervenções dos conselheiros/as atrás discriminadas a presidente da mesa colocou à consideração a integração na redação do memorando a proposta apresentada pelo conselheiro Jorge Costa que após ser sujeita à votação foi aprovada por unanimidade.-----

Ainda no âmbito das questões da saúde a presidente do conselho de ilha abriu um período de reflexão sobre os médicos de família na Unidade de Saúde de Santa Maria, para o qual se inscreveram os conselheiros António Manuel Braga, Duarte Moreira, José Arsénio Chaves, Carlos Rodrigues, José Rezendes e Aníbal Moura, que após tomarem a palavra pronunciaram-se sobre o assunto em questão proferindo o seguinte:-----

- o conselheiro António Manuel Braga alertou que só existem três médicos de família havendo ainda uma vaga por preencher e constata-se ainda a necessidade urgente de mais médicos para assegurar os serviços de urgência e de internamento;-----

- o conselheiro Duarte Moreira referiu que as vagas para a administração pública são criadas pelo quadro de ilha anualmente pelo que, podem ser criadas novas vagas todos os anos para suprir as necessidades;-----

- o conselheiro José Arsénio Chaves informou que teve conhecimento que foi aberto procedimento concursal para o efeito só que ninguém concorreu e opinou que urge remodelar o espaço das urgências pois os doentes transportados em ambulâncias entram pela mesma porta que os outros doentes;-----

- o conselheiro Carlos Rodrigues sugeriu que a questão da falta de médicos deveria ser colocada ao Secretário Regional da Saúde e Desporto;-----



## CONSELHO DE ILHA DE SANTA MARIA

Largo Nossa Senhora da Conceição – 9580 Vila do Porto  
Santa Maria – Açores

- o conselheiro José Rezendes referiu que a insuficiência de médicos de família provoca atrasos na emissão de receitas; -----

- o conselheiro Aníbal Moura como não existem médicos de família suficientes não existe outra alternativa senão recorrer aos serviços de urgências;-----

Terminado o debate sobre as questões relacionada com a saúde a presidente da mesa abriu um período de inscrições para o debate sobre património histórico e cultural, nomeadamente Forte de S. João Batista, Polígono e Estação LORAN, para o qual se inscreveram os conselheiros Jorge Botelho, José de Melo, Jorge Costa, Carlos Rodrigues, que após lhes ter sido dada a palavra pronunciaram-se sobre o assunto em questão proferindo o seguinte:-----

- o conselheiro Jorge Botelho referiu que, no caso do Forte S. João Batista se deveria proceder à proteção da orla marítima e a consolidação da torre e da muralha sul;-----

- o conselheiro José de Melo alertou para o fato do imóvel Forte de S. João Batista ser visto como um todo e como tal não devem ser feitas intervenções parcelares e não compete ao conselho de ilha apresentar propostas técnicas mas sim solicitar a sua urgente recuperação junto do Governo regional em parceria com a Câmara Municipal de Vila do Porto. Quanto à situação dos edifícios da LORAN deve-se exigir a quem de direito a limpeza dos terrenos envolventes e a recuperação dos edifícios existentes para que seja possível arranjar uma solução para a sua ocupação;-----

- o conselheiro Jorge Costa entende que o Forte de S. João Batista é património histórico e cultural e como tal deve-se exigir ao Governo Regional através da Direção Regional da Cultura para desencadear mecanismos com a máxima urgência para a respetiva recuperação; -----

- o conselheiro Maurício Travassos opinou que no caso da Estação LORAN deve-se tentar clarificar as confrontações dos terrenos expropriados e verificar se os edifícios estão ou não em artigos urbanos e proceder à regularização desses registos;-----

*Handwritten signature and notes in the top right corner.*



## CONSELHO DE ILHA DE SANTA MARIA

Largo Nossa Senhora da Conceição – 9580 Vila do Porto  
Santa Maria – Açores

- o conselheiro Carlos Rodrigues opinou que o estado de degradação do Polígono é tal que não tem hipóteses de ser recuperado e quanto aos edifícios da Estação LORAN considera prudente efetuar-se um diagnóstico do existente;-----

De seguida a presidente da mesa, conselheira Dulce Resendes, abriu um período de inscrições para o debate sobre Solidariedade, Igualdade, Habitação, nomeadamente a situação da habitação social e a questão particular das casas do Aeroporto, para o qual se inscreveram os conselheiros Eduardo Cambraia, Carlos Rodrigues, José de Melo, que após lhes ter sido dada a palavra pronunciaram-se sobre o assunto em questão proferindo o seguinte;-----

- o conselheiro Eduardo Cambraia tem dúvidas sobre os terrenos e as casas devolutas deve-se reiterar as reivindicações do ano transato e se não forem efetivamente resolvidas, é imprescindível e urgente o ordenamento territorial do Aeroporto com a elaboração de um plano de pormenor e salvaguarda daquela zona que defina as áreas possíveis para loteamentos e a tipologia de habitações a construir. É da opinião que as casas do Aeroporto deveriam ser recuperadas para habitação social tendo em atenção o existente em termos de habitações e de outras infraestruturas, que não faz sentido recuperar as “casas de chapa” mas sim recuperar as outras casas para realojamentos. Considerou ainda que se deve definir os edifícios de interesse público e proceder à sua recuperação e manutenção e que toda a área classificada de interesse público e zona habitacional deveriam ser transferidas para a tutela da autarquia;-----

- o conselheiro Carlos Rodrigues alertou para o fato de que quando se defende a recuperação das casas do Aeroporto para realojamentos há que ter o cuidado de não provocar a desertificação das freguesias e lembrou que a autarquia tinha um protocolo com o Governo regional para a reabilitação do Aeroporto e que no Plano de Recuperação e Resiliência estão previsto cerca de sete milhões de euros para a reabilitação de infraestruturas, rede de água, vias, passeios e estacionamento. Ao



## CONSELHO DE ILHA DE SANTA MARIA

Largo Nossa Senhora da Conceição – 9580 Vila do Porto  
Santa Maria – Açores

abrigo das verbas do referido plano será possível a recuperação de casas nas freguesias e a construção de casas nos lotes que já pertencem à região;-----

- o conselheiro José de Melo defende que não se deve conotar a recuperação das casas do Aeroporto com habitação social pois já existem casas nessa zona que são propriedade da região e que se deve redimensionar recuperação de casas para realojamentos nas diferentes freguesias.-----

De seguida a presidente da mesa sugeriu um período de inscrições para a reflexão sobre o problema dos transportes e acessibilidades a Santa Maria, pois nas obrigações de serviço público não está previsto a gratuidade dos reencaminhamentos das pessoas não residentes nos Açores que optem por se deslocar para a região em voos lowcost. Inscreveram-se para debater o assunto em questão os conselheiros Jorge Costa, José de Melo, Jorge Botelho, Duarte Moreira, que após lhes ter sido dada a palavra pronunciaram-se sobre o assunto em questão proferindo o seguinte:-----

- o conselheiro Jorge Costa afirmou que o conselho de ilha deve debruçar-se sobre o assunto em questão porque é pertinente, no entanto, lembrou que as obrigações de serviço público de continuidade territorial são asseguradas pelo orçamento do Governo da República, no entanto, é da opinião que se deveria questionar o Governo Regional no que concerne a soluções para a resolução dos problemas de transportes de e para Santa Maria e se no âmbito do concurso para as obras do molhe cais estão previstas obras de prolongamento e de beneficiação do molhe acostável.-----

- o conselheiro José de Melo que quando se decidiu pela liberalização dos transportes aéreos de e para a região foi assumido que os reencaminhamentos seriam gratuitos por isso, o conselho de ilha deve pugnar para que tal se verifique para todas as ilhas para que não discriminação.-----



## CONSELHO DE ILHA DE SANTA MARIA

Largo Nossa Senhora da Conceição – 9580 Vila do Porto  
Santa Maria – Açores

- o conselheiro Jorge Botelho lembrou que em reuniões anteriores do Conselho de Ilha se concluí existir a necessidade de serem realizados mais voos para Santa Maria pois a medida da redução das tarifas teve consequências diretas na ocupação dos voos existentes. Opinou ainda da necessidade de se articular melhor o transporte marítimo de mercadorias e reiniciar o mais rápido possível o transporte marítimo de passageiros.

- o conselheiro Duarte Moreira referiu que os transportes devem ser analisados de forma integrada e que as decisões do Governo Regional sobre essa matéria tem penalizado muito Santa Maria, pois a inexistência do transporte marítimo de passageiros não só reduz a entrada de turistas em Santa Maria como provoca grandes constrangimentos no escoamento de produtos e os transportes marítimos de mercadorias está desadequando às necessidades da ilha. A indefinição dos transportes condiciona os investimentos em Santa Maria e provoca graves problemas no desenvolvimento económico, por isso, o Conselho de Ilha deve manifestar o seu desagrado com a política de transportes e acessibilidades a Santa Maria e que o Governo Regional deve encontrar soluções para mitigar este problema.-----

De seguida a presidente da mesa sugeriu um período de inscrições para a reflexão sobre a temática do ambiente para o qual inscreveram-se para debater o assunto em questão os conselheiros Jorge Costa, José de Melo, Jorge Botelho, Duarte Moreira, que após lhes ter sido dada a palavra pronunciaram-se sobre o assunto em questão proferindo o seguinte:-----

- o conselheiro Jorge Costa que o assunto do embelezamento dos miradouros deve também ser abordado pois os miradouros existentes na ilha não oferecem condições a quem tente disfrutar das suas valências.-----

- o conselheiro José de Melo opinou que a zona do ilhéu da Vila deveria passar de área de proteção parcial para área de proteção integral, que deveria de existir um plano de florestação em zonas de reserva florestal da parte ocidental da ilha, que deveria proceder-se à requalificação ambiental dos Parques Florestais de Valverde (Eng.



## CONSELHO DE ILHA DE SANTA MARIA

Largo Nossa Senhora da Conceição – 9580 Vila do Porto  
Santa Maria – Açores

*Handwritten signatures and initials in the top right corner.*

Emiliano Costa), na zona chamada do Retiro e Recuperação/reabilitação do Parque Florestal do Alto Nascente, em S. Pedro e que se deveria classificar a área do sítio da “Cai Água” e Vale da Ribeira do Salto, desde as cascatas a montante até à foz da ribeira, que desagua junto ao Ilhéu de S. Lourenço, incluindo o magnífico geossítio do Poço da Pedreira. -----

- o conselheiro Eduardo Cambraia referiu que é importante proceder-se à limpeza e irradicação definitiva da acácia braga e proceder a uma efetiva desratização em toda a ilha e que se deveria privilegiar a plantação de espécies endémicas dos Açores, nos jardins e miradouros da responsabilidade dos serviços da região, aumentando assim a sua beleza e atração turística.-----

De seguida a presidente da mesa sugeriu um período de inscrições para a reflexão sobre o problema Competitividade empresarial e administração pública. Inscreveram-se para debater o assunto em questão os conselheiros Jorge Botelho, Duarte Moreira Jorge Costa, António Monteiro, José de Melo, que após lhes ter sido dada a palavra pronunciaram-se sobre o assunto em questão proferindo o seguinte:-----

- o conselheiro Jorge Botelho referiu que não foram majorados os limites para as ilhas da coesão e alertou que existem empresas que se candidatam a esses apoios e não operam na ilha nem na região e alertou para o fato da complexidade da mão-de-obra em Santa Maria defendendo que deveria verificar-se uma alteração na política social particularmente na atribuição de subsídios de desemprego e na articulação entre os programa de ocupação;-----

- o conselheiro Duarte Moreira salientou que o conceito das ilhas coesão praticamente desapareceu mas deve-se ter em atenção as ilhas mais desfavorecidas e com menos desenvolvimento económico pois há que adequar os investimentos às potencialidades de cada ilha e majorar os investimentos nas atividades que se revelam mais viáveis em cada ilha;-----



## CONSELHO DE ILHA DE SANTA MARIA

Largo Nossa Senhora da Conceição – 9580 Vila do Porto  
Santa Maria – Açores

*Handwritten signatures and initials on the right margin.*

- o conselheiro Jorge Costa também referiu que o conceito das ilhas coesão está desatualizado pois o que importa é que deve majorar as atividades que potenciam a ilha para que as empresas se possam candidatar e sugere a revisão do Decerto Legislativo Regional que regulamenta o transporte rodoviário de mercadorias por estar desajustado à região;-----

- o conselheiro António Monteiro defendeu que os problemas da falta de mão-de-obra nos ofícios do setor primário poderiam ser solucionados com formação de jovens nas áreas da construção civil e que a oferta formativa deveria ser mais adequada às preferências dos alunos. Referiu ainda que deveriam ser desencadeadas políticas que estimulassem a fixação de jovens nas freguesias;-----

- o conselheiro José de Melo referiu que o Governo Regional deveria clarificar a política da área espacial para Santa Maria e os investimentos decorrente do projeto Space Port, sendo imperioso assegurar que as empresas e serviços que emergirem na decorrência da construção do Spaceport, sejam sedeadas/fixadas e operem em Santa Maria e que os investimentos decorrentes deste projeto beneficiem primordialmente esta ilha, fazendo valer esse potencial endógeno para a criação de emprego, fixação e aumento da população e desenvolvimento da ilha.-----

-As questões a colocar relacionadas com a área agrícola foram tratadas na reunião de quinze de novembro de dois mil e vinte e um, quando da elaboração do parecer ao Plano Regional Anual para 2022, pelo que essa informação foi compilada e vertida neste documento.-----

Após as intervenções dos conselheiros/as sobre os diversos assuntos elencados, a senhora presidente da mesa referiu que o memorando a ser enviado ao Governo Regional, sobre as temáticas a serem abordadas aquando da visita estatutária, irá sintetizar as reflexões e sugestões dos conselheiros/as e que após ser validado por todos ficará anexo a esta ata.-----



## CONSELHO DE ILHA DE SANTA MARIA

Largo Nossa Senhora da Conceição – 9580 Vila do Porto  
Santa Maria – Açores

E não havendo mais nada a tratar deu-se por encerrada a reunião da qual se lavrou a presente ata que será assinada em conformidade.

Presidente: *Maria Dulce de Oliveira Resendes*

Vice-Presidente: *João Faleiros de Fátima*

1º. Secretário: *João António Sousa*

2º. Secretário: *António Vítor Braga Sousa*



## CONSELHO DE ILHA DE SANTA MARIA

### MEMORANDO 2021

A Ilha de Santa Maria, sendo uma ilha de pequena dimensão territorial e de fraca densidade populacional, em pouco ou nada tem sido beneficiada pelo facto de estar mais próxima da ilha mais populosa e desenvolvida dos Açores. Dispõe a ilha de um conjunto de características e potencialidades que necessitam uma melhor atenção dos nossos governantes, para que cresça não só economicamente mas também populacionalmente, contribuindo concomitantemente para o crescimento da RAA.

A economia da ilha assenta nos seguintes eixos: Agricultura / Pesca / Turismo e Serviços, sendo este último o mais expressivo em termos de empregabilidade e valor gerado.

Nos últimos anos o turismo tem estado a crescer de forma sustentada, embora a um ritmo mais lento que as restantes ilhas dos Açores, justificado pelos constrangimentos das acessibilidades. A Agricultura / Lavoura e as Pescas lutam com as mesmas dificuldades existentes nas restantes ilhas, embora agravada pelas dificuldades de escoamento dos seus produtos devido à reduzida rede de transportes.

Numa comunidade insular a comunicação com o exterior assume primordial importância, sendo que no caso de Santa Maria, os transportes (aéreos e marítimos, de passageiros ou de carga) são a nossa principal preocupação, pois a frequência das viagens bem como o número de lugares oferecidos não estão a servir os marienses.

Assim em detalhe por áreas descrevem-se as nossas preocupações e necessidades:

#### **1. Informação, Comunicação e Cooperação Externa**

Representatividade na ilha das Secretarias ou direcções regionais sem serviços locais – Existem serviços do GRA sem representatividade na ilha.

**Questão:**

**Que medidas estão previstas para garantir a sua representatividade ?**

#### **2. Solidariedade, Igualdade, Habitação, Poder Local e Comunidades**

- a) **Habitação** - A ilha de Santa Maria necessita de uma política sólida na área social. Existem ainda famílias que vivem em habitações de chapa no Aeroporto e muitas

outras não conseguem arrendar casa, porque o mercado é diminuto e com rendas elevadas. Tem sido prática dos últimos GRA procederem ao apoio no arrendamento a essas famílias.

Em nosso entender havendo habitações devolutas no parque habitacional do Aeroporto, haveria todo o interesse em reabilitar essas moradias e realojar as famílias que vivem em casas de chapa e, havendo capacidade sobranete, poderiam ser alojadas famílias que necessitem de renda apoiada residentes na freguesia de Vila do Porto. Se as famílias residirem nas outras freguesias da ilha, então nos realojamentos, deverá procurar-se manter sempre as famílias, nas suas freguesias de origem, por forma a evitar o exódo rural.

**Questões:**

**Para quando o realojamento das famílias que habitam em moradias de chapa no aeroporto para uma habitação de alvenaria ?**

**Nas verbas provenientes do PRR o que está previsto para apoiar a construção de habitações e em que locais ?**

**Existe alguma medida que permita apoiar a iniciativa privada para a construção/recuperação de habitações para o mercado social, mediante a contratualização por x anos da manutenção no mercado de arrendamento ?**

- b) **Infância** - Nas freguesias de Almagreira e São Pedro não existe creche, nem ATL. Há famílias residentes nessas freguesias, que por trabalharem em Vila do Porto e por não haver ATL, e não tendo onde deixar as crianças depois das aulas, optam por matriculá-las na Escola de Vila do Porto, resultando desta circunstância um declínio do número de alunos nas escolas das suas freguesias natais e uma sobrecarga de alunos em Vila do Porto, fazendo escassear as salas e espaços para outras atividades curriculares.

**Questões:**

**Qual a possibilidade do GRA implementar a criação de Creche e ATL's nas freguesias de Almagreira e São Pedro ?**

- c) **Queda demográfica** - Com o apuramento dos dados do Censos 2021, verificou-se na nossa ilha uma queda demográfica e desertificação da ilha, particularmente das freguesias rurais.

**Questão:**

**Que programas específicos de incentivos à natalidade, de fixação de jovens e promoção do emprego estão previstos para a ilha ?**

- d) **Idosos** - Existem vagas limitadas no Lar de Idosos da Santa Casa e na estrutura residencial do Recolhimento, sendo atualmente muito reduzidas para o número de candidatos. A maior parte destes idosos, caso tivessem um reforço na rede de apoio diferenciada de apoio ao domicílio (higiene pessoal e da habitação, refeições quentes e apoio em áreas técnicas) poderiam manter-se nas suas habitações até mais tarde, sendo institucionalizados apenas quando se esgotassem as possibilidades de os manter nos seus lares.

Existem famílias que resistem à institucionalização dos seus idosos, contudo necessitam de ajuda, pois existe dificuldade de recrutamento no mercado laboral de cuidadoras e muitas das vezes não possuem recursos financeiros para a sua contratação, provocando a institucionalização do idoso e consequente desenraizamento familiar.

Existe um cuidador formal contratado para apoiar as famílias, contudo a articulação nem sempre tem sido eficaz, por envolver várias entidades. Santa Maria não possui um técnico superior de gerontologia, que permita avaliar e coordenar estratégias tendo em conta as respostas existentes a nível de ilha, procurando as soluções mais favoráveis para o idoso.

Aliada a esta coordenação, há necessidade de manter uma rede de apoio e monitorização dos idosos que vivem sós. Esta rede já existe mas sem grandes recursos humanos e materiais.

**Questões:**

**Pretende o GRA reforçar a rede de apoio ao domicílio com mais ajudantes familiares, que permita criar uma rede de apoio familiar de forma a colmatar as dificuldades das famílias com menores recursos financeiros, sendo que para as restantes poderiam proceder ao pagamento das taxas devidas pelo serviço prestado?**

**Qual a possibilidade de criar uma rede de cuidadores formais, para apoiar as famílias nas situações em que estas necessitem de ter alguém que os ajude a cuidar os seus nas suas habitações ?**

**Pretende o GRA proceder a contratação a curto prazo de um técnico superior de gerontologia, para permitir uma melhor articulação as políticas de apoio ao idoso na nossa Ilha?**

**Para quando a criação de um centro de dia/noite na habitação adquirida pelo GRA com essa finalidade na freguesia de São Pedro?**

**3. Compatitividade Empresarial e Administração Pública**

- a) Competitividade das micro e PME - Sendo Santa Maria uma das ilhas da coesão, onde existem apoios majorados por esta razão, contudo padece de inúmeros constrangimentos tanto na sazonalidade, como na criação de emprego, não desprezando os custos de contexto, quer em licenciamentos, alvarás, licenças entre outros e que são aplicados às micro e pequenas empresas.

**Questão:**

**Prevê o GRA uma minoração destes custos ou outras formas de apoio ao tecido empresarial ?**

- b) Fiscalização empresarial – Considera-se necessária a revisão do Decreto Legislativo Regional do Transporte Rodoviário de Mercadorias, fazendo-se a devida regionalização da legislação nacional e adaptar à realidade dos Açores.

**Questão:**

**Pretende o GRA rever o diploma adaptando-o para as especificidades do tecido empresarial dos Açores e dos constrangimentos vivenciados pelas empresas de transportes?**

#### 4. Educação

- a) Escola EBS de Vila do Porto - Congratulamo-nos com a reabilitação do pavilhão desportivo da escola EBS de Vila do Porto, obra fundamental para o ensino de educação física, mas também para o apoio à prática desportiva e de competição, no entanto, as dimensões atuais dos campos de andebol e futsal não permitem a realização de jogos oficiais.

Ainda é necessário substituir toda a vedação existente na referida escola, construir dois corredores cobertos até ao Bloco E e até ao ginásio, para além da remodelação do espaço desportivo exterior.

Verifica-se ainda grandes lacunas na escola no que diz respeito ao material informático, nomeadamente computadores e projetores de vídeo?

**Questões:**

**As obras de reabilitação preveem o redimensionamento dos campos de futsal e andebol?**

**Para quando a concretização das restantes obras a serem realizadas nessa escola?**

**Quando pensa o GRA dotar a escola de Santa Maria com computadores e projetores de vídeo suficientes para equipar todas as salas com esses equipamentos?**

- b) Carência de mão de obra qualificada - No sector da construção civil, restauração e hotelaria, há uma grande carência de profissionais qualificados.

**Questão:**

**Que políticas educativas pretende o GRA desenvolver junto da comunidade escolar, por forma a motivar o aparecimento de estudantes nestas vertentes profissionais?**

#### 5. Saúde, Desporto e Proteção Civil

A USISM nos últimos anos tem vindo a oferecer uma melhoria na qualidade de saúde prestada aos marienses, com a ampliação das suas instalações, aumento do quadro de pessoal e na aquisição e modernização de equipamentos de meios auxiliares de diagnóstico, como foi a aquisição do último ecógrafo há cerca de 3 meses.

Contudo, continua a haver muitas situações que estão a causar uma deficiente prestação de cuidados de saúde e que enlencamos:

- a) Instabilidade do quadro clínico – Não há uma verdadeira política de estabilização dos médicos na ilha. Das 4 vagas existentes apenas 3 vagas estão preenchidas. Nos últimos anos tem-se recorrido a empresas prestadoras de serviços para contratação de médicos para os serviços de urgência. Estes médicos estão limitados a determinados atos, como por exemplo promover a deslocação a especialistas, ato que tem de ser requisitado pelo médico de família. Tem-se conhecimento das reservas de alguns médicos de família em prestar serviço nas Urgências.

**Questões:**

**Que políticas estão a ser promovidas para a fixação de clínicos na ilha de Santa Maria ?**

**Quando ocorrerá o preenchimento da vaga em aberto?**

Qual a possibilidade de contratação de especialistas em medicina interna para prestação de serviço na nossa USISM ?

- b) Inexistência de vagas para inscrição de médico de família – Esta situação está a condicionar muitos marienses que apresentam graves problemas de saúde e não tem quem os encaminhe para os atos médicos da especialidade. Os 3 médicos de família não aceitam mais utentes.

**Questão:**

**Que medidas tencionam tomar o GRA para que até finais de 2022, todos os utentes em Santa Maria tenham um médico de família e assim possam ter pleno acesso a todos os cuidados de saúde em tempo real ?**

- c) Consultas periódicas - Devido à forte sobrecarga dos médicos que prestam serviço, não existe uma regular prestação de consultas periódicas dos utentes, com reflexos graves na saúde dos mais fragilizados. Para colmatar essa situação, é habitual recorrer-se ao serviço de urgência para realização de atos não urgentes.

**Questão:**

**Necessidade de implementação de um plano de recuperação e regularização das consultas periódicas junto da população principalmente dos grupos que carecem de maiores cuidados (crianças, grávidas, idosos e doentes com patologias crónicas).**

- d) Vinda de especialistas a Santa Maria - A vinda regular de especialistas a Santa Maria é de saudar e devia ser ampliada a especialidades inexistentes, pois promove uma grande poupança no orçamento da saúde da RAA bem como das famílias. Atualmente alguns dos especialistas clínicos que se deslocam a esta ilha são contratados a empresas do continente e, nas consultas por estes realizadas, se é detetado algum problema de saúde, o paciente tem de se deslocar ao HDES para que em consulta da mesma especialidade, o problema possa ser devidamente encaminhado. Ora tal constrangimento seria resolvido se o especialista fosse proveniente do Serviço Regional de Saúde.

**Questão:**

**Está prevista a contratação dos serviços de especialistas oriundos do HDES para se deslocarem com regularidade a Santa Maria?**

- e) Técnicos e salas na unidade de saúde – Verifica-se a necessidade de mais técnicos, nomeadamente na área da fisioterapia, bem como mais salas para prestação de cuidados médicos.

**Questão:**

**O que está previsto nesta área?**

- f) Deslocações de doentes a Ponta Delgada - Nas deslocações a Ponta Delgada, continuam a verificar-se algumas dificuldades no que diz respeito ao alojamento. O aumento significativo dos preços praticados pela hotelaria, condiciona muito os utentes e a comparticipação diária é muitas vezes insuficiente para fazer face às despesas da deslocação, alojamento, alimentação e transporte, pois neste último não é comparticipado o transporte de táxi do Aeroporto para o alojamento quando a deslocação implica a pernoita no dia anterior à consulta.

A Associação de Amigos da Ilha de Santa Maria (AASM), possui uma habitação para apoiar os utentes deslocados da ilha de Santa Maria, contudo atualmente é

insuficiente para todas as solicitações. Esta Associação nunca foi apoiada pelo GRA para a manutenção ou ampliação da infraestrutura de apoio.

**Questões:**

**Qual a possibilidade de o GRA apoiar futuramente financeiramente a manutenção e ampliação da infraestrutura da Associação de Amigos da Ilha de Santa Maria (AASM), que garante apoio logístico aos doentes deslocados, para aumento da sua capacidade?**

**Como pretende o GRA solucionar as situações do transporte não participado?**

**Atendendo à insuficiência de lugares na residência acima descrita, bem como das dificuldades de alojamento, qual a possibilidade do GRA compartilhar o alojamento dos pacientes de Santa Maria que se deslocam a Ponta Delgada, mediante a atribuição de um VAUCHER gratuito/tendencialmente gratuito, em estabelecimento hoteleiro ou similar (residencial ou alojamento local) previamente contratualizado para essa finalidade?**

- g) Salas de urgência da unidade de saúde - As dimensões das salas utilizadas na urgência estão inadequadas à exigência e complexidade daquele serviço, nomeadamente a sala de emergência, pois só tem capacidade para um doente. Verifica-se também a inexistência de casas de banho para higienização dos doentes que ficam em observação na urgência.

**Questão:**

**Que medidas pretende o GRA tomar para ultrapassar esta lacuna?**

- h) Uso de estupefacientes - Verifica-se um aumento do uso de drogas na nossa ilha, essencialmente na comunidade mais jovem.

**Questão:**

**Que medidas pretende o GRA tomar nesta área ?**

## **6. Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural**

Sendo esta uma das áreas mais importantes do desenvolvimento económico da ilha, continua a apresentar graves constrangimentos que estão diretamente relacionados e entroncados com outras carências e dificuldades, nomeadamente as acessibilidades.

- a) Acessibilidades rurais - O reforço de investimentos nas acessibilidades às explorações, reforçando a asfaltagem dos muitos quilómetros de caminhos agrícolas existentes e que anualmente, com as chuvas, ficam quase sempre intransitáveis e a necessitar de novas reparações, o que se diga em abono da verdade, tem sido efetuado, com as limitações existentes no SFSMA. A intervenção no caminho da Lapa de Baixo, embora seja parte municipal e parte agrícola, deverá ser concretizada preferencialmente até finais de 2022.

**Questão:**

**Quais as prioridades do GRA nesta área?**

- b) Abastecimento de água à agropecuária – pese embora o bom trabalho que tem vindo a ser efetuado nesta área, há ainda zonas na ilha com um grande défice de

pontos de abastecimento de água para a agricultura e pecuária. Essas zonas estão identificadas, e estão na posse da IROA SA., nomeadamente no Saramago e Flor da Rosa, onde se prevê a instalação de 2 tanques de 500 mil litros cada, alimentados por 2 furos particulares de produtores que já anuíram a efetuar contrato de cedência para a IROA SA., mediante determinadas contrapartidas.

Ainda no abastecimento de água, para prevenir situações futuras, há que estudar e encontrar solução para uma grande reserva de água na ilha, havendo várias hipóteses para o efeito.

**Questões:**

**Qual a previsão de implementação destes projetos?**

**Saber se está o governo na disposição de iniciar este estudo, para o qual a Associação Agrícola está disposta a colaborar no que lhe for solicitado e na medida das suas capacidades técnicas?**

- c) Reabilitação da Sala de Desmancha – Indispensável, atendendo à crescente procura de carne da ilha, quer em carcaça, quer essencialmente desmanchada, têm vindo a ser perdidas algumas oportunidades de negócio, resultante do facto da Sala de Desmancha do matadouro da ilha não ter as necessárias condições para a certificação por parte de vários clientes, sendo que, inclusivamente, tem sido difícil a atribuição do Numero de Controlo Veterinário (NVC), sem o qual a sala não pode funcionar.

Acresce o facto de estar em fase de projeto, o cento de acabamento e engorda de bovinos, que irá potenciar o abate e desmancha local de carcaças, o que só será possível com a sala de desmancha operacional de todos os pontos de vista.

Existe já o respetivo projeto de reabilitação, desenvolvido pelo IAMA, sendo que este carece de revisão no sentido de se aumentar a capacidade de frio da sala de desmancha, para o dobro do existente atualmente.

**Questão:**

**Reconhece o GRA esta necessidade estratégica e está disponível para efetuar as obras de reabilitação necessárias ao efeito?**

- d) Matadouro - Apresenta problemas de frio, quer no espaço/câmaras de frio existente, quer na capacidade do sistema de frio arrefecer as carcaças em tempo útil, a fim de preservar a respetiva qualidade, muito em particular quando as carcaças e a carne se destinam ao mercado exterior. Há pois necessidade de se rever esta situação, de forma a potenciar esta área de negócio e de rendimento aos produtores.

**Questão:**

**Que ações estão previstas para resolução desta questão ?**

- e) Transporte de animais vivos - Preocupa-nos a iniciativa do PAN, relativamente ao transporte de animais vivos, apresentada na Assembleia Regional, que a ser aprovada pode criar dificuldades extremas ao escoamento de gado vivo. Esta situação é inadmissível, porquanto as ilhas terão sempre de escoar gado por via marítima e também de importar animais vivos, designadamente de reprodutores para melhoria genética dos efetivos. Não obstante esta proposta possa não ser aprovada na ALRA, colocamo-na nesta fase, alertando-se para as consequências do ato legislativo em curso.~

**Questão:**

**Qual a posição do GRA nesta matéria. A ser aprovada a iniciativa qual a solução alternativa ?**

- f) Desratização - Relativamente às explorações agrícolas e áreas adjacentes tem-se notado um aumento exponencial de roedores que tem causado graves transtornos e problemas de saúde pública, pelo que urge proceder a uma desratização massiva desta praga.

**Questão:**

**Para quando uma intervenção urgente nesta área ?**

**7. Pescas, Aquicultura e Assuntos do Mar**

- a) Portinhos de pesca - Sendo os portinhos dos Anjos e da Maia uma alternativa ao porto de pesca de Vila do Porto, enfrentam de algumas limitações que urge resolver, para garantir uma melhor operacionalidade e segurança.

**Questão:**

**Quais as obras que estão previstas para estas duas infraestruturas ?**

- b) Proteção da orla costeira - A erosão costeira da ilha é preocupante em algumas zonas das Baías da Maia, Praia Formosa e Anjos.

**Questão:**

**Que os projetos que o GRA pretende desenvolver e quando ?**

**8. Cultura, Ciência e transição digital**

- a) Projeto Aeroespacial - Sendo o projeto Aeroespacial um dos vectores de desenvolvimento económico da ilha de Santa Maria, queremos pugnar para que haja mais valia além dos lançamentos. Os investimentos que se façam a partir destes projetos devem ter um reflexo real em Santa Maria na criação de economia de escala, para a criação de emprego, fixação e aumento da população.

**Questões:**

**Qual o ponto da situação atual do Projeto Spaceport?**

**Todas as áreas do projeto vem para Santa Maria?**

**Existe alguma garantia que as empresas que venham a operar na ilha tenham os serviços localizados na ilha ?**

- b) Estação Loran - A estação Loran foi adquirida pelo Governo Regional dos Açores ao EMGFA em 11 de janeiro de 1979, e passou a integrar o Domínio Público da Região, conforme se pode comprovar pela Resolução nº. 106/1989 de 19 de setembro. Estas infraestruturas tem um enorme potencial e carece viabilizar a sua reabilitação, convertendo-os em equipamentos que possam responder a necessidades de empreendedorismo turístico ou outros investimentos públicos e privados, podendo ainda vir a ser empregues para fins habitacionais ou de apoio a projetos que se venham a desenvolver na área aeroespacial.

**Questão:**

**Quando tenciona o GRA a regularização do espaço em termos patrimoniais e proceder à limpeza da área envolvente ?**

- c) RAEGE e Casa do Diretor do Aeroporto - Considera-se positivo o investimento no projeto RAEGE e outras iniciativas dedicadas ao espaço, contudo insuficiente para a dinâmica que esta ilha necessita para alavancar este eixo de desenvolvimento. Igualmente preocupante é a dotação residual da verba para Requalificação da Casa do Diretor do Aeroporto de Santa Maria, futura sede da Agência Espacial Portuguesa.

**Questão:**

**Qual a política efetiva de investimento na ilha de Santa Maria nesta área ?**

- d) Torre de Controle do Aeroporto de Santa Maria - Não se encontra prevista no Plano para 2022 nenhuma rubrica para a obra de recuperação da antiga Torre de Controle do Aeroporto de Santa Maria, tendo em vista a sua musealização. o que lamentamos, visto estar a degradar-se muito, correndo-se o risco de nada sobrar daquela infraestrutura um dia que o projeto venha a ser aprovado.

**Questão:**

**Quais as obras que estão previstas para esta infraestrutura?**

- e) Atlântida Cine - Considerando que a obra de reabilitação da histórica sala de espetáculos "Atlântida Cine" se encontra em fase de conclusão, tendo sido realizada no pressuposto de manter de pé a memória e a identidade do edifício original, conservando este símbolo do património cultural e social mariense; considerando que a imagem identitária do edifício não pode ser separada do seu topónimo, que começou por ser "Base Theatre" na sua conceção inicial, passando a "Atlântida Cine", denominação que perdurou durante décadas até ao seu encerramento; considerando, ainda, que o edifício também é reconhecido popularmente, como cinema do Aeroporto, mas nunca ostentou oficialmente essa denominação; considerando que a obra em curso já se encontra identificada por um *lettering* ostentando, erradamente, a denominação de "Cinema do Aeroporto", entendemos que dever ser o GRA a **repor este equívoco, alterando o *lettering* e mantendo a denominação original de "Atlântida Cine"**.

**Questão:**

**O que tenciona o GRA desencadear para resolver esta situação?**

- f) "Casa Típica de Santa Maria"- Possibilidade de aquisição de uma, em estado de originalidade, para salvaguarda deste valioso património de arquitetura singular, de alto interesse local, regional e até nacional, servindo também para visitas de cariz pedagógico e oferta turística.

**Proposta:**

**Propomos a aquisição de uma habitação com esta finalidade.**

- g) Forte de São João Batista - Considerando o acentuado estado de degradação do Forte São João Batista, imóvel único no contexto da arquitetura militar da expansão portuguesa, e as sucessivas chamadas de atenção para a premência da sua reabilitação, considerando, também, a sua importância histórica no contexto local e regional, sendo já classificado como imóvel de interesse público, exortamos o Governo dos Açores a tomar iniciativa para a sua reabilitação, em parceria com a CMVP.

**Questão:**

O que está previsto para a recuperação desta infraestrutura?

**9. Ambiente, Alterações Climáticas e Território**

- a) Implementação de medidas de proteção do Paleoparque de Santa Maria - Implementação urgente do plano de ação do paleoparque de Santa Maria (já aprovado) em todas as ações propostas, dando prioridade às diretamente ligadas à proteção/conservação das jazidas, nomeadamente às da Pedra-que-pica e Pedreira do Campo.

**Questão:**

Para quando a implementação destas medidas ?

- b) Proposta de integração do Barreiro da Piedade na Área Protegida da Ponta do Castelo - O Barreiro da Piedade (Malbusca) localiza-se na costa sul da ilha de Santa Maria, contígua à zona da Ponta do Castelo e consiste numa área árida, argilosa e de coloração vermelha intensa, que corresponde a uma antiga escoada lávica basáltica muito alterada, sobreposta por uma fina camada de cinzas vulcânicas, contendo no seu bordo a norte, algumas plantas endémicas como a *Erica azorica* e a *Picconia azorica*.

É uma formação geomorfológica de grande riqueza estética e geocientífica, que deverá ser integrado na Área Protegida da Ponta do Castelo, para sua melhor valorização e sobretudo proteção, visando zelar pela paisagem e conservação dos valores tradicionais e estéticos em presença e a sua singularidade geológica.

Esta é uma geopaisagem muito singular da ilha de Santa Maria e dos Açores, constituindo um geossítio do Geoparque Açores de relevância nacional e interesse científico, pedagógico e turístico elevados.

**Proposta:**

**Propomos a integração do Barreiro da Piedade da área Protegida da Ponta do Castelo.**

- c) Proposta de classificação como área protegida para a gestão de habitats e espécies do Cai Água, Poço da Pedreira e Vale da Ribeira do Salto

Area a classificar: Sítio do "Cai Água" e Vale da Ribeira do Salto, desde as cascatas a montante até à foz da ribeira, que desagua junto ao Ilhéu de S.Lourenço, incluindo o magnífico geossítio do Poço da Pedreira.

Valores paisagístico-ambientais, ecológicos, geológicos e biológicos justificativos:  
- A montante existem duas cascatas "gémeas" (paralelas), de grande beleza cénica, com um grande poço no final, contendo na escarpa por onde escorrem formações geomorfológicas de avultado valor científico, didático e turístico como escoadas lávicas diferenciadas, disjunções prismáticas e disjunções esferoidais muito bem definidas.

- O geossítio do Poço da Pedreira que encima o bordo Norte do Vale da Ribeira do Salto, é uma antiga zona de extração de inertes, talhado num antigo cone de escórias denominado de Pico Vermelho. Para além da sua grande relevância cénica, didática e geomorfológica este sítio ainda dispõe à sua volta várias espécies da vegetação endémica dos Açores, tais como a *Picconia Azorica*, a *Erica Azorica*, a *Pericalis malvifolius*, a *Hypericum foliosum*, a *Festuca Petraea*, o *Laurus azorica* e a endémica da Macaronésia *Tolpis succulenta*.

A partir daqui, descendo-se um pouco neste magnífico vale encaixado, existe – UNICAMENTE NESTE LOCAL – a planta *Euphorbia stygiana* subsp. *Santamariae*, endêmica da ilha e ÚNICA NO MUNDO!

**Proposta:**

**Propomos a criação como área protegida as áreas do Cai Água, Poço da Pedreira e Vale da Ribeira do Salto.**

- d) Passagem do Ilhéu da Vila de proteção parcial para ÁREA DE PROTEÇÃO INTEGRAL  
Propomos a consideração do Ilhéu da Vila para a categoria de ÁREA DE PROTEÇÃO INTEGRAL, pela seu elevadíssimo valor como reduto dos mais importantes dos Açores para a nidificação de aves marinhas protegidas por leis regionais, nacionais e internacionais tais como Cagarros (*Calonectris borealis*), Frulhos (*Puffinus baroli baroli*), Painhos-da-Madeira (*Oceanodroma castro*), Almas-negras (*Bulweria bulwerii*), Garajaus-rosados (*Sterna dougallii*), e Garajaus-comuns (*Sterna hirundo*). O ocasionalmente ainda afluem ao ilhéu outras espécies de aves que a utilizam como zona de descanso nas suas longas migrações. Reforça-se que é o local mais importante dos Açores para a nidificação da *Bulweria bulwerii*, sendo até à pouco tempo o único lugar de reprodução no Arquipélago.

O Ilhéu da Vila enquanto ecossistema insular, de elevado interesse para as aves marinhas que nidificam nos Açores representa um lugar de destaque para proteção, monitorização e estudos científicos que **urge Proteger de forma Integral**, pesando esta proposta a sua já classificação do como ZPE e Reserva Natural (Decreto Legislativo Regional 47/2008/A de 7 de Novembro), no âmbito do Parque Natural de Ilha de Santa Maria.

**Proposta:**

**Propomos a passagem do Ilhéu da Vila de de área de proteção parcial para +área de proteção integral.**

- e) Candidatura a um PROJETO LIFE – Específico para a Estrelinha-de-Santa Maria (à semelhança do que foi feito para o priôlo), ave endêmica e emblemática da ilha “exclusiva”, que se encontra no estatuto de “ criticamente em perigo”, apontado pelo ICNB.

**Proposta:**

**Propomos a candidatura a um projeto LIFE para a estrelinha de Santa Maria**

- f) Fomento florestal – Plano de florestação em zonas de reserva florestal da parte Ocidental da ilha, muito desarborizada, mais seca, plana (proteção de solos, corredores ecológicos, sorvedores de carbono, contributo para mitigação das alterações climáticas). Requalificação ambiental dos Parques Florestais de Valverde (Eng. Emiliano Costa), na zona chamada do Retiro e Recuperação/reabilitação do Parque Florestal do Alto Nascente, em S. Pedro.

**Questão:**

**Que projetos tem o GRA para incrementar o florestação destas áreas ?**

- g) Plantação de endémicas - Considerando a evidente necessidade do melhoramento paisagístico na nossa ilha, para a promoção turística da ilha, exortamos o Governo dos Açores a privilegiar a plantação de espécies endémicas dos Açores, nos jardins e miradouros da responsabilidade dos serviços da região e proceder à recuperação territorial da Giesta (*Citrus scoparius*), nos jardins e taludes de estradas, pois detém

muita beleza e é uma espécie "histórica e identitária" para a ilha de Santa Maria, tendo sido responsável pela sua denominação de "Ilha Amarela".

**Questão:**

**O que está pensa o GRA fazer relativamente a esta matéria?**

- h) Limpeza e erradicação da infestante arbórea "Acácia Brava" - Considerando que no Lugar do Aeroporto, apesar dos esforços continuados de algumas entidades da ilha em proceder a campanhas de limpeza, tem sido constante a proliferação de ratos, devido essencialmente à enorme e rápida proliferação da infestante arbórea "Acácia Brava". Exortamos o Governo dos Açores a proceder, com urgência, na área classificada de bem imóvel de interesse publico e respetiva zona de proteção de 50 metros, a uma ação integral de limpeza, erradicação definitiva da infestante arbórea "Acácia Brava".

**Questão:**

**O que está pensa o GRA fazer relativamente a esta matéria?**

- i) Paisagem tradicional da cultura da vinha - Criação de um plano específico de recuperação com apoios concretos e majoração dos programas existentes para a reabilitação da paisagem tradicional da cultura da vinha em currais e em socalcos, nomeadamente nas encostas de São Lourenço e Maia.

**Questão:**

**Prevê o GRA intervir nesta área não só para a proteção desta paisagem singular, como também sob ponto de vista da proteção dos aglomerados existentes nestes locais ?**

## **10. Transporte, Turismo e Energia**

Sendo as acessibilidades a nossa maior fragilidade, entendemos que a procura de soluções nesta área deverá ser assumida com muita responsabilidade pelo Governo Regional.

Nas ligações aéreas, quando os voos low-coast tiveram o seu início, introduziu-se o paradigma de "Aeroporto Único", com esta premissa qualquer viajante poderia chegar a qualquer ilha de destino com o mesmo custo. Com a novas Obrigações de Serviço Público o paradigma mudou e as viagens low-coast apenas permitem o acesso custos económicos para as ilhas de São Miguel e Terceira, tendo o turista ter de assumir os custos dos reencaminhamentos pela SATA Air Açores para as restantes ilhas.

Aliada a esta situação o fim da operação sazonal que permitia as ligações marítimas de passageiros é mais um factor de retrocesso no caminho trilhado até então. Esta situação vem penalizar muito a ilha de Santa Maria, e entendemos que o Governo Regional tem de procurar soluções que visem minorar o impacto desta decisão sob pena de estrangular a débil economia mariense.

- a) Fim dos reencaminhamentos - Esta medida tem como consequência uma diminuição dos fluxos turísticos para a ilha de Santa Maria, quer nacionais quer estrangeiros, fomentando ainda mais a concentração em duas/três ilhas. Através do turismo fomenta-se também o consumo dos produtos locais, ocupam-se as camas, dinamiza-se as empresas de animação turística, entre outras dinâmicas que as ilhas mais pequenas bem precisam.

**Questão:**

Face a esta situação, urge saber qual a alternativa que o governo tem a esta situação, sendo certo que a tarifa a 60 euros não o é, e quando as tarifas no voo direto para Santa Maria apresentam valores absurdos, dissuasores de viagens a esta ilha.

- b) Transportes marítimos de mercadorias – Na sequência do concurso público anunciado pelo Governo para a operação sazonal de transporte marítimo de pessoas e viaturas inter ilhas, e da exclusão de várias ilhas, entre as quais Santa Maria, para além das questões relacionadas com a acessibilidade e afluência de pessoas à ilha, em particular na época de verão, esta medida acarreta dificuldades acrescidas ao escoamento de produtos perecíveis, muito em particular para o grupo central, uma vez que não há alternativa de transporte marítimo de mercadorias para este efeito. Ainda relativamente ao transporte de mercadorias, em particular o escoamento de produtos perecíveis, que tem vindo a crescer na ilha, fruto da aposta da Cooperativa AgroMarienseCoop, verifica-se enorme dificuldade, quer derivado da incerteza das datas de toque na ilha, quer devido à falta de organização entre as várias operadoras, para que o transporte seja sequencial, sem ter de ficar vários dias parado em determinado porto, quer o número de toques de 15 em 15 dias, o que afeta a qualidade do produto e impede o crescimento das atividades produtivas com capacidade de escoamento.

As ligações dos navios porta contentores é também condicionadora, porque muitas das vezes existe o desconhecimento dos produtores agrícolas/lavradores quando é que a escala é no sentido Vila do Porto / Lisboa ou Vila do Porto / Ilhas.

Em suma, o sistema de transportes é, por hoje, o maior problema e entrave ao desenvolvimento económico da ilha, muito em particular à sua capacidade exportadora, no que ao agroalimentar diz respeito, pelo que há que saber o que está o governo a fazer para colmatar estas dificuldades e para quando se prevê alterações ao estado vigente.

**Questão:**

**Que alternativas entende o GRA para resolver esta situação ?**

- c) Transporte marítimo de passageiros – Santa Maria deve manter uma ligação marítima a Ponta Delgada. Embora reconheçamos que o navio a utilizar possa ser de menor dimensão que os que praticavam este porto até 2019, entendemos que esta via de comunicação deve ser mantida, também como forma de escoar produtos na modalidade de carga rolada com ligações a Ponta Delgada e ao Grupo Central.

**Questão:**

**Que soluções apresenta o GRA para esta área de transportes ?.**

- d) Portinho de São Lourenço - No ano passado, foi atribuída uma verba de 50 mil euros para elaboração de projeto para o portinho de S. Lourenço.

**Questão:**

**Em que fase se encontra o projeto e para quando uma intervenção no mesmo?**

## **11. Juventude, Emprego, Comércio e Indústria**

- a) Formação na área de empreendedorismo na INCUBA +.

**Questão:**

**Prevê o GRA manter o plano regular de formações neste âmbito ?**

- b) Formação profissional na área da hotelaria e restauração - Apesar de ter havido por parte da CCIPD, vontade em formar profissionais destas áreas em Santa Maria, não houve por parte dos empresários vontade em inscrever os seus colaboradores. A situação merece uma atenção por parte do GRA, uma vez que fraca formação produz profissionais de pouca qualidade, numa dinâmica de turismo que queremos seja de excelente qualidade, pela imagem que deixamos a quem nos visita.

**Questão:**

**Existe por parte do GRA intenção de criar algum mecanismo que obrigue os empregadores a dar formação aos seus colaboradores ?**

- c) Programas de emprego – Há programas cujo vencimento é semelhante ao SMR, que auferem muitos dos colaboradores do quadro das empresas onde são colocados, todavia, os ocupados dos programas tem de cumprir apenas 35 horas, enquanto que os do quadro tem de cumprir 39 ou 40 horas. Esta situação, gera um sentimento de injustiça, entre os colaboradores do quadro, por verem que estes ocupados, tem menos responsabilidades, contudo tem o mesmo salário, menos horas de trabalho, e não podem estar escalados em turnos.

**Questão:**

**O que pretende fazer o GRA nesta matéria ?**

- d) Falta de mão de obra especializada na construção civil.

**Questão:**

**Que estímulos o GRA pretende criar em termos formativos para que haja mais formação e maior adesão de candidatos nestas áreas ?**

## **12. Obras Públicas, Transportes Terrestres e Comunicações**

- a) Rede Viária Regional - A rede viária regional na Ilha se encontra em avançado estado de degradação, considerando, também, que a verba destinada à rede viária regional plasmada no Orçamento Regional para 2022 é manifestamente insuficiente para satisfazer as necessidades e necessita de retificação, exortamos o Governo dos Açores a proceder a uma intervenção estruturada na melhoria das vias de mobilidade rodoviária principais e secundárias da ilha ao nível de pavimento e sinalização;

**Questão:**

**Qual o plano do GRA para a sua reabilitação?**

- b) Derrocadas no Desterro e estrada de acesso ao Farol de Gonçalo Velho - Quase todos os anos ocorrem derrocadas no lugar do Desterro e nestes últimos dias ocorreram na estrada de acesso ao Farol de Gonçalo Velho, fazendo perigar a circulação das 3 famílias que diariamente circulam naquela via, sem contar com o número de utilizadores do lugar do Castelo. Estas vias carecem de uma intervenção urgente.

**Questão:**

**Quanto e como pretende intervir nesta área?**

- c) Ordenamento territorial do Aeroporto - Considerando que em março de 2012 foi apresentada publicamente uma anteproposta de Plano para o ordenamento territorial do Lugar do Aeroporto, mas que não se desenvolveu desde então, considerando a Resolução 25/2015/A de 18 de agosto de 2015 aprovada na ALRA

como também o Decreto Legislativo Regional nº6/2017/A que defendem regras específicas de reabilitação, protecção e valorização para o Lugar do Aeroporto, considerando, finalmente, que toda esta zona está sob gestão do Governo dos Açores, exortamos o Governo dos Açores a criar travões imediatos à anarquia urbanística que se verifica na zona, bem como, preparar os procedimentos para a reabilitação da “Cantina” - supermercado no Aeroporto, à imagem do que foi feito com o cinema - “Atlântida Cine” e concluir a obra de reabilitação da “Torre de Controlo”; exortamos, ainda, o Governo dos Açores a eliminar definitivamente a habitação em estruturas metálicas visivelmente degradadas e sem condições mínimas de salubridade, construídas para albergues temporários e que perduraram para além do seu período de validade. Finalmente, contar com o Governo dos Açores para, em conjunto com o município, encontrar a forma de toda esta zona passar a ser gerida, tal como o resto da ilha, pelo município, sendo este devidamente apoiado em todas as questões que envolvam uma actualização e renovação de infraestruturas, bem como, na implementação de um amplo processo de renovação urbana enquadrado num efetivo instrumento de planeamento abrangente e assertivo, que poderá ter significativos impactos positivos na vida das populações e na economia da ilha de Santa Maria;

**Questão:**

**Qual o plano do GRA nesta matéria ?**

- d) Miradouros - Considerando a importância dos miradouros junto às estradas regionais para os diversos fins a que se destinam, devido ao estado de degradação que apresentam, entre outras, a falta de visibilidade devido ao alto excessivo manto arbóreo a jusante, exortamos o Governo dos Açores a proceder a uma reabilitação urgente dos mesmos.

**Questão:**

**Qual o plano do GRA para a sua reabilitação?**

- e) Problemas de comunicação da rede móvel em São Lourenço e Maia - Foi sugerido em anteriores memorandos que o GRA expropriasse terreno para instalação de antena.

**Questão:**

**O que desenvolveu o GRA nesta matéria ?**

**Finalizamos o documento com a firme certeza, que as nossas pretensões merecerão a melhor da atenção de V. Ex<sup>as</sup> e de que juntos poderemos ajudar a melhorar a economia e a qualidade de vida dos marienses !!!**

**Vila do Porto, 26 de novembro de 2022**

**A MESA DO CONSELHO DE ILHA**

Maria Dulce de Oliveira Resendes, Presidente

João Manuel Andrade Fontes, Vice-Presidente

José Arsénio Sousa Chaves, 1º. Secretário

António Isidro Braga Sousa, 2º. Secretário

